



ISTÊNCIA DO LOCATÁRIO FACULTATIVO

SUA APÓLICE N°EVT20213428 et RCS20213429
REGIDA PELO CÓDIGO DOS SEGUROS
FRANCESES

O presente contrato tem por finalidade acordar as garantias em baixo definidas para os tomadores de arrendamento de curta duração de todos os bens arrendados nos países da União Europeia. **Atenção, a garantia Responsabilité Civile locative só se aplica aos bens situados em França**

TOMADOR DO SEGURO / PESSOA SEGURA

Todo o locatário, pessoa física ou jurídica, francês ou estrangeiro, que arrende um imóvel mobilado por uma curta duração.

Têm a qualidade de pessoa segura o tomador do seguro, seu cônjuge (incluído concubinário notório ou ligado por um PACS), bem como qualquer outra pessoa (sem laço de parentesco) designada no boletim de inscrição no presente contrato e que beneficia do referido aluguer, os seus ascendentes ou descendentes em 2.º grau; o seu genro ou nora; irmão ou irmã; tio ou tia; sobrinhos ou sobrinhas.

ARRENDAMENTO DE CURTA DURAÇÃO: Estadia de menos de 90 dias nos locais dos quais a pessoa segura não é proprietário nem locatário anual.

LOCAIS: Casa de habitação, apartamento, caravana.

FAMÍLIA: Na acepção do presente contrato, a família diz respeito às pessoas aparentadas que vivem sob o mesmo tecto.

SEGURADORA: Le contrat est souscrit par l'intermédiaire de Groupe Special Lines pour le compte de Groupama Rhône-Alpes Auvergne 50 rue de Saint-Cyr - 69251 Lyon cedex 09 - N° de SIRET 779 838 366 000 28, Entreprise régie par le Code des Assurances et soumise à l'Autorité de Contrôle Prudentiel et de Résolution, 4 Place de Budapest - CS 92459 - 75436 Paris Cedex 09.

CORRETOR: Cabinet ALBINET, Société de Courtage d'Assurance, sob a marca comercial ADAR, SAS, com Capital 250 000 euros – RCS Paris B 582 136 289.

FUNCIONAMENTO DA GARANTIA

O lucro das garantias ADAR é adquirido pelo pagamento da avaliação cujo aluguer para o contrato de arrendamento está na base das indemnizações e/ou boletim de adesão separado. Os serviços adicionais, tais como o transporte podem ser afetados, desde que sejam anexados à reserva do aluguer e que o prémio inclua estes serviços.

As garantias de INTERRUPÇÃO E CANCELAMENTO DA ESTADIA aplicam-se sob reserva do seguro ter sido feito antes da data de início do período de aluguer e no prazo máximo de 10 dias após a assinatura do acordo de aluguer ou do pagamento da parcela ou depósito.

Se o seguro tiver sido feito após o prazo máximo de 10 dias após a assinatura do acordo de aluguer ou do pagamento da parcela ou depósito; as garantias INTERRUPÇÃO E CANCELAMENTO DA ESTADIA só serão adquiridas após um período de 7 dias de carência durante o qual nenhuma garantia pode produzir efeitos, (exceto a garantia de Responsabilidade Civil do ocupante que entrará em vigor ao meio-dia do dia seguinte do pagamento do prémio).

Se o contrato de arrendamento prevê várias famílias, cada uma está garantida individualmente; o contrato de arrendamento não é anulado e, neste caso, a indemnização de seguro incide sobre a parte aritmética da família em causa. **É responsabilidade do signatário do contrato de arrendamento fornecer ao intermediário os nomes dos cotitulares.**

A garantia cessa de pleno direito à chegada da pessoa segura aos locais ou na data de interrupção da estadia, à exceção das garantias «Encargo de Busca e Socorro» e «Responsabilidade Civil do Ocupante», para as quais a garantia cessa a partir da entrega das chaves a um representante do intermediário acordado.

GARANTIA

1-Em caso de anulação da estadia.

A Seguradora garante ao Segurado o reembolso das quantias pagas a título de adiantamento ou de sinal e do restante valor devido em caso de anulação de estadia devido às situações seguintes, **até um limite de Capital euros** por sinistro, independentemente no número de beneficiários.

a) Doença grave (*), ferimento grave ou falecimento do Segurado ou qualquer outra pessoa referida no contrato de arrendamento e que beneficia do referido arrendamento. Por doença ou ferimento grave entende-se toda e qualquer alteração de saúde ou todo e qualquer dano corporal, todo e qualquer agravamento não previsível de uma doença preexistente, toda e qualquer doença física ou psicoterapêutica associada a uma hospitalização de pelo menos 3 dias ou todas e quaisquer complicações devidas a gravidez até à 28.ª semana que impeçam o segurado de abandonar o seu domicílio ou estabelecimento hospitalar onde se encontra em tratamento à data do início do período de arrendamento, justificado, para assalariados, por uma hospitalização ou interrupção de trabalho de, pelo menos, **8 dias** consecutivos, e por **um certificado médico a determinar a interdição acima referida**, e para não assalariados, por uma hospitalização de, pelo menos, 8 dias ou por um certificado médico a proibir a saída do quarto durante, pelo menos, 8 dias, e, para pessoas em tratamento terminal, a justificação da tomada de responsabilidade pelo seu regime legal de saúde das despesas reembolsáveis sem condições de recursos.

(*) Em derrogação parcial das exclusões, será considerado como uma Doença Grave se o Segurado der positivo para a Covid 19 nos 7 dias anteriores à data contratual de início do aluguer. A garantia limitar-se-á à parte aritmética das únicas pessoas ligadas que vivem sob o mesmo tecto.

O Segurado deve fornecer um teste PCR positivo para a garantia de cobertura ser adquirida.

b) Prejuízo material em consequência de roubo, incêndio, explosão e eventos semelhantes, danos causados por água, ou uma catástrofe natural que atinja a sua residência principal e/ou secundária e/ou os seus locais de trabalho e cuja gravidade exija imperativamente a sua presença no dia de partida, ou durante a estadia, a fim de poder cumprir as formalidades necessárias.

c) Impedimento de ocupar os locais arrendados por despedimento ou mudança de Seguradora, ou por despedimento do cônjuge, desde que a notificação do empregador seja posterior à entrada em vigor das garantias e desde que as situações acima referidas não sejam conhecidas do segurado no momento da assinatura do presente contrato; obtenção de um emprego ou estágio remunerado com início antes ou após as datas de arrendamento, desde que a pessoa segurada esteja inscrita no desemprego e que não se trate de um caso de prolongamento ou renovação de contrato nem de missão atribuída por uma empresa de trabalho temporário.

d) Impedimento de se apresentar nos locais de arrendamento por estrada ou caminhos-de-ferro, ar ou mar no dia previsto para a ocupação dos locais arrendados e nas 48 horas seguintes, devido a bloqueios ou greves que impeçam diretamente a circulação, atestado pelo Presidente da Câmara do concelho do local de residência de férias.

e) Se o Segurado for forçado a anular ou renunciar à sua estadia nas 48 horas anteriores ou posteriores à data contratual do início do arrendamento devido a interdição dos locais por motivo de poluição, inundação, incêndio, catástrofe natural ou epidemia. Estes riscos serão considerados como realizados a título do presente contrato desde que o local tenha sido interditado totalmente num raio de 5 km por decisão de uma autoridade municipal durante o período de arrendamento assegurado.

f) Devido a convocação administrativa ou judicial não adiável.



- g) Indisponibilidade dos locais arrendados, impedimento de utilização devido a um acontecimento fortuito, como incêndio, tempestade, danos causados por água ou outro fenómeno natural nas 60 horas anteriores à data de início do arrendamento.
- h) Recusa de visto pelas autoridades do país, nenhum pedido deve ser formulado primeiramente e recusado por estas autoridades para este mesmo país. Será exigido um justificativo emitido pela embaixada.
- i) Roubo de cartão de identidade ou passaporte 48 antes da partida.
- j) Impedimento de se apresentar nos locais de arrendamento no dia previsto devido a roubo ou tentativa de roubo do veículo.
- k) Se as datas de férias do segurado foram alteradas por decisão do empregador.

2- Em caso de interrupção de estadia

O reembolso da renda não decorrida devido a interrupção da estadia, consequência de um dos acontecimentos enumerados na garantia ANULAÇÃO DE ESTADIA nos parágrafos a), b) e) f) e g), **no limite de Capital euros**. A indemnização devida pela Seguradora é definida por uma pessoa lesada proporcionalmente ao número de ocupantes e ao número de dias que restam decorrer.

EXCLUSÕES

Estão excluídos das garantias acima expostas:

1- Exclusões gerais

- Danos direta ou indiretamente relacionados com:
 - feito intencional ou fraudulento do Segurado,
 - estado de guerra (estrangeira ou civil),
 - catástrofes (danos provocados por erupções vulcânicas, terremotos, ação do mar, maremotos, deslocamentos de terrenos e outros acontecimentos de caráter de catástrofe exceto se forem declarados «Catástrofes Naturais»),
 - risco nuclear (danos de origem nuclear ou causados por toda e qualquer fonte de Radiação ionizante).
 Qualquer sinistro originado antes da data de subscrição do presente contrato.
- Epidemias e/ou pandemias e/ou doenças de origem viral e/ou bacteriana reconhecidas pelas autoridades francesas como fase 2 ou 3 e/ou reconhecidas como fase 4 pela OMS ou que sejam objeto de uma declaração de emergência de saúde pública de âmbito internacional por esta última e que conduzam, em qualquer Estado envolvido pelas atividades do Segurado, à implementação de medidas restritivas nacionais ou locais no que diz respeito à circulação da população, e/ou à organização de espetáculos ou eventos que envolvam um público e/ou o tratamento sanitário de bens e pessoas.
- Doença pulmonar atípica e/ou vírus da gripe A-H1N1 e/ou gripe das aves e/ou síndrome respiratória aguda grave.
- Epidemia conhecida como Covid 19, uma doença ligada ao vírus SRA-COV-2, bem como qualquer doença provocada pelos coronavírus e a(s) sua(s) eventual(is) mutação(ões).

2- Exclusões aplicáveis à garantia «Anulação» e «Interrupção de Estadia»

- Consequências de:
 - gravidez além das 28.ª semana ou parto,
 - cura, tratamento estético,
 - tratamento psíquico ou psicoterapêutico não acompanhado de hospitalização de no mínimo 3 dias,
 - acidentes e doença cuja origem é conhecida antes da assinatura do contrato, exceto alteração imprevisível da saúde.
 - alteração previsível da saúde preexistente ao momento da assinatura,
 - litígio ou contestação sobre a descrição ou estado dos locais,
 - despedimento, mudança cujo processo está iniciado no momento da assinatura,
 - alteração de datas de férias,
 - acidente para o qual o segurado foi objeto de controlo positivo de alcoolemia ou consumo de estupefacientes numa proporção que constitua infração às taxas legais em vigor.
 - acidente, na qualidade de piloto de um veículo voador, no âmbito de participação numa prova motorizada e nos seus ensaios preparatórios,
 - falta ou impossibilidade de vacinação.
 - Anulações do feito do intermediário acordado
 - Reembolso da quota de seguro.

COMO OBTER INDEMNIZAÇÃO?

Deve comunicar previamente a sua agência de arrendamento por carta registada a sua anulação da estadia a partir do dia em que dela tenha conhecimento e no prazo de 5 dias. Deve enviar (após confirmação pela vossa agência de arrendamento) à ADAR todos os documentos probatórios necessários à instrução do seu dossier: certificado médico, certificado de hospitalização, certificado de interrupção de trabalho, carta de despedimento, para o seguinte endereço: **Endereço : ADAR C/O Cab. ALBINET – S.A.V. 9, rue Bleue – 75 009 PARIS - Fax: 01 48 01 84 83 - E-mail: claim@albinet.fr** Não se esqueça de nos mencionar: o seu endereço completo; o seu contacto telefónico; o nome da sua agência de arrendamento; o seu número de referência de arrendamento; as datas de início e fim da sua estadia.

Em caso de necessidade, deve, em caso de sinistro abrangido pela garantia custo de anulação de estadia ou de interrupção de estadia, permitir ao médico da Segurador o acesso ao dossier médico, sob pena de a garantia não vos ser concedida.

Quando um sinistro é consecutivo ao Covid 19, o Segurado deve obrigatoriamente fornecer um teste PCR positivo para que a garantia seja adquirida.

EXPIRY OF THE LIMITATION PERIOD SUBROGATION

In accordance with articles L 114-1 to L 114-3 of the Insurance Code, all legal actions arising from an insurance contract shall be barred two years as from the event that gave rise thereto. However, said time limit shall run:

- in the event of non-disclosure, omission, fraudulent representation or misrepresentation of the risk incurred, only as from the date on which the insurer is aware thereof;
- in the event of loss, only as from the date the concerned parties are aware thereof, if they prove that they were unaware of such facts up till then.

The limitation period shall be interrupted by one of the ordinary causes that interrupt the limitation period i.e.:

- a service of process, even for interim relief, an order to pay or a seizure, on the person whom one wishes to prevent from limiting, in accordance with articles 2241 to 2244 of the Civil Code;
- any unequivocal acknowledgement by the Insurer of the Policyholder/Beneficiary's right, or any acknowledgement of debt by the Policyholder/Beneficiary to the Insurer in accordance with article 2240 of the Civil Code;
- a service of process or enforcement measure against a joint and several debtor, any acknowledgement by the Insurer of the Policyholder/Beneficiary's right or any acknowledgement of debt by one of the joint and several debtors interrupts the limitation period with respect to all co-debtors and their heirs, in accordance with article 2245 of the Civil Code;
- by the appointment of an expert following a loss or by the insurer or Policyholder/Beneficiary sending the other party a registered letter with acknowledgement of receipt.

As an exception to article 2254 of the Civil Code, and in accordance with article L114-3 of the Insurance Code, the parties to the



insurance contract cannot, even by mutual agreement, either modify the duration of the limitation period or add causes for the suspension or interruption of this period.

SUBROGATION

As authorised by article L 121-12 of the Insurance Code, the Insurer may take action against the person who, by their acts, caused the damage in order to obtain reimbursement of the amount of the compensation paid to the Policyholder/Beneficiary.

COMPLAINT BY THE BENEFICIARY

In the event of the Policyholder/Beneficiary making a complaint, the Policyholder/Beneficiary must indicate their name, contract number and the claim reference and send their request to: claim@albinet.fr

If the answer provided is not satisfactory, the Policyholder/Beneficiary can send a complaint to the "Complaints" department of Groupe Special Lines:

- By post:

Groupe Special Lines
Service Réclamations
6-8 rue Jean Jaurès
92800 PUTEAUX

- By email : Reclamations@groupepeciallines.fr

If the answer to the complaint remains unsatisfactory, the Policyholder may contact the "Complaints" department of Groupama Rhône-Alpes Auvergne:

- By post: Groupama Rhône-Alpes Auvergne Service Consommateurs TSA 70019 – 69252 LYON CEDEX 09

- By email: Service-consommateurs@groupama-ra.com

Finally, if the disagreement persists regarding the position or the proposed solution, the Policyholder can avail of Insurance Mediation:

- By post: **CMAF – Service Médiation de la consommation**, 39 avenue Franklin Roosevelt, 75008 Paris.

- Online email on the dedicated formulary on line, on www.cmaf.fr/consommateurs

PERSONAL DATA PROTECTION POLICY (GENERAL DATA PROTECTION REGULATION)

For the purpose of the Contract or the insurance relationship, the Rental company, the Broker and/or the Insurer are required to collect personal data from the Policyholder/Beneficiary. These data are processed in compliance with regulations in force and in particular the rights of persons.

The rights of the Policyholder/Beneficiary

In accordance with the Law, the Policyholder/Beneficiary has rights:

- **The right to be informed of the information held by the Broker and the Insurer and to request that this information be supplemented or corrected (access and rectification rights).**
- **The right to request that their data be deleted or usage thereof restricted (rights to delete or restrict data).**
- **The right to object to the use of their data, in particular as regards direct marketing (right to object).**
- **The right to retrieve the data they personally provided for the performance of their contract or for which they gave their agreement (right to data portability).**
- **The right to provide instructions as to the storage, deletion and communication of their data after their death.**

Why are personal data collected?

The data collected in the different insurance contract subscription or management phases are required for the following purposes:

- Entering into, managing, performing insurance contracts

The purposes of collecting data when entering into, managing and performing contracts concerning the Policyholder/Beneficiary are as follows:

- **Study insurance needs in order to offer contracts suited to each person's circumstances**
- **Examine, accept, control and oversee the risk**
- **Manage the contracts (from the pre-contractual phase to termination of the contract), and honour contract guarantees,**
- **Customer management**
- **Seek redress and manage claims and disputes**
- **Draw up statistics and actuarial reports**
- **Put preventive actions in place**
- **Comply with statutory or regulatory obligations**
- **Carry out research and development activities in the course of the life of the contract**

If a contract is entered into, the data are stored for the duration of the contract or the claims until expiry of legal limitation periods.

- Fight against insurance fraud

The Insurer, who has an obligation to protect the mutual interests of insured persons and avoid making unjustified payments, has a legitimate interest in combatting fraud.

Therefore, personal data may be used to prevent, detect and manage fraud, whomsoever the perpetrator thereof may be. These fraud combat arrangements may result in persons presenting a risk of fraud from being placed on a list.

ALFA (the agency for the fight against insurance fraud) may be sent data for this purpose.

The persons are also informed that ALFA pools and shares car insurance contract data and data on claims submitted to insurers in order to combat fraud. The rights concerning these data may be exercised at any time by sending a letter to ALFA, 1, rue Jules Lefebvre – 75431 Paris Cedex 09.



Data processed for the purpose of combatting fraud are kept for 5 years at most from the date the fraud file is closed. In the event of legal proceedings, the data will be kept until the end of the action, and expiry of applicable limitation periods. Persons on a list of presumed fraudsters, will be removed from said list 5 years after being first listed.

- The fight against money-laundering and the financing of terrorism

To satisfy its obligations under the Law, the Insurer operates surveillance systems to fight against money-laundering, the financing of terrorism and to enable financial sanctions to be enforced.

The data used for this purpose are kept for 5 years from the date the account is closed or the relationship with the insurer is terminated. Data on transactions performed by persons are kept for 5 years from the date they are performed including if the account is closed or the relationship with the insurer is terminated.

TRACFIN may be the recipient of information to this end.

In accordance with the Monetary and Financial Code, the right to access these data is exercised with the CNIL (French data protection authority) (see cnil.fr).

Transfers of information outside the European Union:

The personal data are processed within the European Union. However, data may be transferred to countries outside the European Union, in compliance with data protection rules and with the appropriate safeguards (e.g.: standard contractual clauses of the European Commission, countries presenting a data protection level acknowledged to be adequate...).

These transfers may be made in the course of performing the contracts, when combatting fraud, complying with legal or regulatory obligations, managing actions or litigation enabling the Insurer to acknowledge, exercise or defend its rights before the courts or for the purpose of defending the rights of data subjects. Certain data, strictly necessary to implement assistance services, may be sent outside the European Union in the interest of the data subject or to protect human life.

Who receives this information?

Personal data are sent to the following within the limit of their functions,

- the services of the Insurer bearing the risk or in charge of business relations and contract management, the fight against fraud or money laundering and the financing of terrorism, audit and control.
- This information may also be communicated, when necessary, to our re-insurers, intermediaries, partners and sub-contractors, as well as to organizations who may be involved in insurance activities, such as public bodies or supervisory authorities, or industry bodies (including ALFA for the purpose of combatting fraud and TRACFIN to combat money laundering and the financing of terrorism).

Information concerning your health is exclusively intended for the medical advisors of the Insurer or other entities in the Group, the medical department or specifically authorised persons within or outside the company (in particular our medical experts).

How does the Policyholder/Beneficiary exercise their rights?

The Policyholder/Beneficiary can exercise their rights by contacting:

- **The Broker by email: dpo@albinet.fr accompanying the request with the above-mentioned elements.**
- **The Insurer, by email: contactdpo@groupepeciallines.fr and/or contactDPO@groupama.com accompanying the request with the above-mentioned elements.**

In the event that the Policyholder/Beneficiary is not satisfied with the answers provided, they may also submit a complaint to a supervisory authority (in France this is CNIL 3 Place de Fontenoy - TSA 80715 - 75334 PARIS CEDEX 07. Tel: 01 53 73 22 22).

CABINET ALBINET S.A.S.
Société de Courtage d'Assurances
5, cité de Trévisse - 75009 PARIS
Tél. 01 48 01 84 84 - Fax 01 48 01 84 83





ASSURANCE ANNULATION LOCATAIRE FACULTATIVE

VOTRE ADHESION AUX CONTRATS EVT20213428 et RCS20213429
REGIS PAR LE CODE DES ASSURANCES FRANCAIS

Le présent contrat a pour objet d'accorder les garanties définies ci-dessous aux preneurs de locations de courte durée, pour tout bien loué dans les pays de l'Union Européenne,.

PRENEUR / ASSURE

Tout locataire, personne physique ou morale, français ou étranger, louant en meublé pour une courte durée.

Ont la qualité d'assuré, le preneur, son conjoint (y compris concubino notoire ou lié par un PACS) ainsi que toute autre personne (sans lien de parenté) désignée sur le bulletin d'inscription au présent contrat et qui bénéficie de ladite location ; leurs ascendants ou descendants au 2ème degré ; leur gendre ou bru ; frère ou sœur ; oncle ou tante ; neveux ou nièces.

LOCATION DE COURTE DUREE : Séjour de moins de 90 jours dans des locaux dont l'assuré n'est pas propriétaire, ni locataire à l'année.

LOCAUX : : Maison d'habitation, appartement, caravane, mobile home.

FAMILLE : Au sens du présent contrat, la famille concerne les personnes apparentées vivant sous le même toit.

ASSUREUR : Le contrat est souscrit par l'intermédiaire de Groupe Special Lines pour le compte de Groupama Rhône-Alpes Auvergne 50 rue de Saint-Cyr - 69251 Lyon cedex 09 - N° de SIRET 779 838 366 000 28, Entreprise régie par le Code des Assurances et soumise à l'Autorité de Contrôle Prudentiel et de Résolution, 4 Place de Budapest - CS 92459 - 75436 Paris Cedex 09.

COURTIER : Cabinet ALBINET, Société de Courtage d'Assurance, sous la marque commerciale ADAR, SAS au Capital 250 000 euros - RCS Paris B 582 136 289.

FONCTIONNEMENT DE LA GARANTIE

Le bénéfice des garanties ADAR s'acquiert par le paiement de la cotisation dont le loyer prévu au contrat de location sert de base aux indemnités et/ou par bulletin d'adhésion séparé. Les prestations annexes, telles que le transport peuvent être concernées, pour autant qu'elles soient couplées avec la réservation de location et que la prime porte également sur ces prestations.

Les garanties INTERRUPTION ET ANNULATION DE SEJOUR s'appliquent sous réserve que l'assurance ait été souscrite avant la date de début de période de location, et dans un délai maximal de 10 jours suivant la signature du contrat de location ou le versement de l'acompte ou des arrhes.

Si l'assurance a été souscrite après le délai maximal de 10 jours suivant la signature du contrat de location ou le versement de l'acompte ou des arrhes ; les garanties INTERRUPTION ET ANNULATION DE SEJOUR ne seront acquises qu'après application d'un délai de carence de 7 jours pendant lequel aucune garantie ne pourra prendre effet, (excepté pour la garantie Responsabilité Civile de l'occupant qui prend effet le lendemain à midi du paiement de la prime).

Si le contrat de location prévoit plusieurs familles, chacune est garantie pour sa part ; le contrat de location n'est pas annulé et dans ce cas, l'indemnité d'assurance porte sur la part arithmétique de la famille concernée. **Il appartiendra au signataire du contrat de location de fournir à l'intermédiaire les noms des co-titulaires.**

La garantie cesse de plein droit dès l'arrivée de l'assuré dans les locaux ou à la date de l'interruption de séjour, excepté pour les garanties « Frais de Recherche et de Secours » et « Responsabilité Civile de l'occupant. » pour lesquelles la garantie cesse dès la remise des clés à un représentant de l'intermédiaire agréé.

GARANTIE

1-En cas d'annulation de séjour.

L'Assureur garantit à l'Assuré le remboursement des sommes versées à titre d'acompte ou d'arrhes et du solde restant dû en cas d'annulation de séjour pour les événements suivants, **dans la limite de Capital euros** par sinistre quel que soit le nombre de bénéficiaires.

a) Maladie grave (*), blessure grave ou décès de l'Assuré ou toute autre personne mentionnée au contrat de location et qui bénéficie de la dite location. Par maladie ou blessure grave, on entend toute nouvelle altération de santé ou toute atteinte corporelle, toute aggravation non prévisible d'une maladie préexistante, toute maladie psychique ou psychothérapeutique assortie d'une hospitalisation d'au moins 3 jours ou toutes complications dues à la grossesse jusqu'à la 28^{ème} semaine, interdisant à l'assuré de quitter le domicile ou l'établissement hospitalier où il est en traitement à la date du début de la période de location, justifié, pour les salariés, par une hospitalisation ou un arrêt de travail d'au moins **huit jours** continus, et par **un certificat médical précisant l'interdiction précitée**, et pour les non salariés, par une hospitalisation d'au moins huit jours ou par un certificat médical interdisant de quitter la chambre pour au moins huit jours, et en sus, pour les curistes la justification de la prise en charge par leur régime légal maladie, des frais remboursables sans conditions de ressources.

(*) Par dérogation partielle aux Exclusions Générales telles que définies ci-après au chapitre EXCLUSIONS, sera considéré comme Maladie grave le fait que l'Assuré soit testé positif à la Covid 19 dans les 7 jours précédant la date contractuelle de commencement de location. La garantie sera limitée à la part arithmétique des seules personnes apparentées vivant sous le même toit.

L'Assuré devra obligatoirement fournir un test PCR positif pour que la garantie soit acquise.

b) Préjudice matériel consécutif à un vol, à un incendie, explosion et événements assimilés, Dégâts des Eaux, ou un événement naturel atteignant sa résidence principale et/ou secondaire et/ou ses locaux professionnels et dont la gravité nécessite



impérativement sa présence le jour du départ, ou en cours de séjour, afin de pouvoir accomplir les formalités nécessaires.

c) Empêchement de prendre possession des lieux loués par suite de licenciement économique ou de mutation de l'Assuré ou de son conjoint signifiée par l'employeur, à condition que la notification de l'employeur soit postérieure à la prise d'effet des garanties et sous réserve que l'une ou l'autre des situations ci-dessus ne soit pas connue de l'assuré au moment de la souscription au présent contrat; l'obtention d'un emploi ou d'un stage rémunéré prenant effet avant ou après les dates de location, alors que la personne assurée était inscrite au chômage à condition qu'il ne s'agisse pas d'un cas de prolongation ou de renouvellement de contrat ni de mission fournie par une entreprise de travail temporaire.

d) Empêchement de se rendre sur les lieux de la location par route et chemin de fer, air ou mer le jour prévu pour la prise de possession des lieux loués et dans les quarante-huit heures qui suivent, par suite de barrages ou de grèves empêchant directement la circulation, attesté par le Maire de la commune du lieu de résidence de vacances.

e) Si l'Assuré est contraint d'annuler ou de renoncer à son séjour dans les 48 heures précédant ou suivant la date contractuelle de commencement de location par suite d'interdiction des sites en raison de pollution, inondation, incendie, ou événement naturel. Ces risques seront considérés comme réalisés au titre du présent contrat lorsque le site aura été interdit totalement dans un rayon de cinq kilomètres de la location par décision d'une autorité communale ou préfectorale pendant la période de location assurée.

f) Par suite de convocation administrative ou judiciaire non reportable.

g) Indisponibilité des lieux loués, empêchant l'usage, par suite d'un événement fortuit, tel qu' incendie, tempête, dégâts des eaux ou autre événement naturel survenu dans les 60 jours avant la date de début de la location.

h) Refus de visa par les autorités du pays, aucune demande ne doit avoir formulée au préalable et refusée par ces autorités pour ce même pays. Un justificatif émanant de l'Ambassade sera exigé.

i) Vol de la carte d'identité, du passeport 48h avant le départ.

j) Empêchement de se rendre sur les lieux de la location, le jour prévu pour la prise de possession des lieux loués par suite du vol ou tentative de vol du véhicule.

k) Si les dates de congés de l'assuré ont été modifiées par décision de son employeur.

2- En cas d'interruption de séjour

Le remboursement du loyer non couru par suite d'interruption de séjour, conséquence de l'un des événements énumérés dans la garantie ANNULATION DE SEJOUR aux paragraphes a), b) e) f) et g), **dans la limite de Capital euros**. L'indemnité due par l'Assureur est déterminée pour une personne lésée au prorata du nombre d'occupants et du nombre de jours restant à courir.

EXCLUSIONS

Sont exclus des garanties exposées ci-dessus :

1-Exclusions générales

• Les dommages se rattachant directement ou indirectement :

- **au fait intentionnel ou dolosif de l'Assuré,**
- **à l'état de guerre (guerre étrangère ou civile),**
- **aux événements à caractère catastrophique (les dommages occasionnés par les éruptions de volcans, les tremblements de terre, l'action de la mer, les raz de marées, les glissements de terrains et autres événements à caractère catastrophique sauf si ces événements sont déclarés « Catastrophes Naturelles »),**
- **au risque nucléaire (les dommages d'origine nucléaire ou causés par toute source de rayonnement ionisant).**
- **Tout sinistre ayant pris son origine antérieurement à la date de souscription du présent contrat.**
- **A des épidémies et/ou pandémies et/ou de maladies d'origine virale et/ou bactérienne faisant l'objet d'une reconnaissance par les autorités françaises en stade 2 ou 3 et/ou reconnues en phase 4 par l'OMS ou faisant l'objet d'une déclaration d'urgence de santé publique de portée internationale par celle-ci et entraînant dans un quelconque Etat concerné par les activités de l'Assuré la mise en place de mesures nationales ou locales contraignantes et restrictives quant à la circulation des populations, et/ou l'organisation de spectacles ou manifestations comportant un public et/ou le traitement sanitaire des biens et des personnes.**
- **A une pneumopathie atypique et/ou du virus de la grippe A-H1N1 et/ou de la grippe aviaire et/ou du syndrome respiratoire aigu sévère.**
- **A l'épidémie dénommée Covid 19, maladie liée au virus SARS-COV-2, comme de toute maladie provoquée par les coronavirus et leur(s) mutation(s) éventuelle(s).**
- **A la présence ou action d'un virus et/ou d'une infection informatique et/ou d'un acte de piratage informatique.**
-

2- Exclusions applicables à la garantie « Annulation » et « Interruption de Séjour »

• Les conséquences :

- **de grossesse au-delà de la 28ème semaine ou d'accouchement,**
- **d'une cure, d'un traitement esthétique,**
- **d'un traitement psychique ou psychothérapeutique non assorti d'une hospitalisation d'au moins 3 jours,**
- **des accidents et maladie dont l'origine est connue avant la souscription du contrat, sauf altération imprévisible de la santé.**
- **de l'altération prévisible de la santé préexistante au moment de la souscription,**
- **de litige ou contestation sur descriptif ou état des lieux,**
- **licenciement économique, mutation dont la procédure est engagée au moment de la souscription.**



- d'un accident pour lequel l'assuré a fait l'objet d'un contrôle positif au titre de l'alcoolémie ou de l'usage de stupéfiants pour une proportion au taux légal en vigueur constituant infraction.
 - d'un accident, en qualité de pilote d'un engin volant, lors de la participation à une épreuve sportive motorisée et à leurs essais préparatoires,
 - du défaut de vaccination ou de l'impossibilité de vaccination.
- Les annulations du fait de l'intermédiaire agréé
 - Le remboursement de la cotisation d'assurance.

COMMENT VOUS FAIRE INDEMNISER ?

Vous devez prévenir préalablement votre agence de location par lettre recommandée de votre annulation de séjour à partir du jour où vous en avez connaissance et ce dans un délai de 5 jours. Vous devez envoyer (après confirmation par votre agence de location) à ADAR toutes les pièces probatoires nécessaires à l'instruction de votre dossier : certificat médical, certificat d'hospitalisation, certificat d'arrêt de travail, lettre de licenciement à l'adresse suivante : **Adresse : ADAR C/O Cab. ALBINET-S.A.V. 9, rue Bleue – 75 009 PARIS - Fax : 01 48 01 84 83 -mail : claim@albinet.fr** N'oubliez pas lors de votre envoi de nous mentionner : votre adresse complète ; vos coordonnées téléphoniques ; le nom de votre agence de location ; votre numéro de référence location ; les dates de début et de fin de votre séjour.

En cas de nécessité, vous vous engagez en cas de sinistre touchant la garantie frais d'annulation de séjour ou d'interruption de séjour à permettre au médecin de l'Assureur d'accéder au dossier médical faute de quoi la garantie ne vous sera pas acquise. Lorsqu'un sinistre est consécutif à la Covid 19, L'Assuré devra obligatoirement fournir un test PCR positif pour que la garantie soit acquise.

PRESCRIPTION

Conformément aux articles L 114-1 à L 114-3 du Code des Assurances, toute action dérivant du contrat d'assurance est prescrite par 2 ans à compter de l'événement qui y donne naissance. Toutefois, ce délai ne court :

- en cas de réticence, omission, déclaration fautive ou inexacte sur le risque couru, que du jour où l'Assureur en a eu connaissance ;
- en cas de Sinistre, que du jour où les intéressés en ont eu connaissance, s'ils prouvent qu'ils l'ont ignoré jusque-là.

La prescription peut être interrompue par une des causes ordinaires de la prescription à savoir :

- toute demande en justice, y compris en référé, tout commandement, saisie ou mesure conservatoire ou d'exécution forcée signifiés à celui que l'on veut empêcher de prescrire, conformément aux articles 2241 à 2244 du Code civil ;
- toute reconnaissance non équivoque par l'Assureur du droit de Souscripteur/Bénéficiaire, ou toute reconnaissance de dette de Souscripteur/Bénéficiaire envers l'Assureur conformément à l'article 2240 du Code civil ;
- toute demande en justice ou mesure d'exécution forcée à l'encontre d'un débiteur solidaire, toute reconnaissance de l'Assureur du droit du Souscripteur/Bénéficiaire ou toute reconnaissance de dette de l'un des débiteurs solidaires interrompt la prescription à l'égard de tous les codébiteurs et leurs héritiers, conformément à l'article 2245 du Code civil ;
- par la désignation d'un expert à la suite d'un Sinistre ou par l'envoi - par l'Assureur ou par le Souscripteur/Bénéficiaire à l'autre partie - d'une lettre recommandée avec avis de réception.

Par dérogation à l'article 2254 du Code civil, et conformément à l'article L114-3 du Code des assurances, les parties au contrat d'assurance ne peuvent, même d'un commun accord, ni modifier la durée de la prescription, ni ajouter aux causes de suspension ou d'interruption de celle-ci.

SUBROGATION

Comme le lui autorise l'article L 121-12 du Code des Assurances, l'Assureur peut se retourner contre le responsable du Sinistre pour obtenir le remboursement du montant de l'indemnisation dont a bénéficié le Souscripteur/Bénéficiaire.

RECLAMATION DU BENEFICIAIRE

En cas de réclamation du Souscripteur / Bénéficiaire, celui-ci doit rappeler son nom, son numéro de contrat ainsi que la référence sinistre et adresser sa demande à : claim@albinet.fr

Si la réponse obtenue n'est pas satisfaisante, le Souscripteur / Bénéficiaire peut adresser une réclamation au service « Réclamations » de Groupe Special Lines :

- Par courrier postal : **Groupe Special Lines Service Réclamations 6-8 rue Jean Jaurès 92800 PUTEAUX**
- Par courriel : Reclamations@groupepeciallines.fr

Si la réponse apportée à la réclamation demeure insatisfaisante, le Souscripteur peut s'adresser au service « Réclamations » de Groupama Rhône-Alpes Auvergne :

- Par courrier postal : **Groupama Rhône-Alpes Auvergne Service Consommateurs TSA 70019 – 69252 LYON CEDEX 09**
- Par courriel : Service-consommateurs@groupama-ra.com

Enfin, si le désaccord persistait concernant la position ou la solution proposée, le Souscripteur peut saisir la Médiation de l'Assurance :

- Par courrier : **CMAP – Service Médiation de la consommation**, 39 avenue Franklin Roosevelt, 75008 Paris
- Par internet courriel : : via le formulaire à disposition sur le site du CMAP à l'adresse : www.cmap.fr/consommateurs

POLITIQUE DE PROTECTION DES DONNEES PERSONNELLES (REGLEMENT GENERAL SUR LA PROTECTION DES DONNEES)



Dans le cadre de la souscription du Contrat ou de la relation d'assurance, le Loueur, le Courtier et/ou l'Assureur sont amenés à recueillir auprès du Souscripteur / Bénéficiaire des données à caractère personnel. Ces données sont traitées dans le respect des réglementations, et notamment des droits des personnes.

Les droits du Souscripteur / Bénéficiaire :

Conformément à la Loi, le Souscripteur / Bénéficiaire dispose de droits :

- Le droit de prendre connaissance des informations dont le Courtier et l'Assureur disposent et de demander à les compléter ou les corriger (droits d'accès et de rectification).
- Le droit de demander l'effacement de ses données ou d'en limiter l'utilisation (droits de suppression des données ou de limitation).
- Le droit de s'opposer à l'utilisation de ses données, notamment concernant la prospection commerciale (droit d'opposition).
- Le droit de récupérer les données qu'il a personnellement fournies pour l'exécution de son contrat ou pour lesquelles il a donné son accord (droit à la portabilité des données).
- Le droit de définir des directives relatives à la conservation, l'effacement et la communication de ses données après son décès.

Pourquoi des données personnelles sont-elles collectées ?

Les données recueillies à différentes étapes de la souscription ou de la gestion des contrats d'assurance sont nécessaires aux objectifs suivants :

- Passation, gestion, exécution des contrats d'assurance

Les données recueillies pour la passation, la gestion et l'exécution des contrats concernant le Souscripteur / Bénéficiaire ont pour objectifs :

- L'étude des besoins en assurance afin de proposer des contrats adaptés à chaque situation
- L'examen, l'acceptation, le contrôle et la surveillance du risque
- La gestion des contrats (de la phase précontractuelle à la résiliation du contrat), et l'exécution des garanties du contrat,
- La gestion des clients
- L'exercice des recours, et la gestion des réclamations et des contentieux
- L'élaboration des statistiques et études actuarielles
- La mise en place d'actions de prévention
- Le respect d'obligations légale ou réglementaire
- La conduite d'activités de recherche et développement dans le cadre de la vie du contrat

En cas de conclusion d'un contrat, les données sont conservées pour la durée du contrat ou des sinistres, et jusqu'à expiration des délais légaux de prescription.

- Lutte contre la fraude à l'assurance

L'Assureur, qui a pour obligation de protéger la mutualité des assurés et éviter la prise en charge de demandes injustifiées, a un intérêt légitime à lutter contre les fraudes.

Des données personnelles pourront donc être utilisées pour prévenir, détecter et gérer les fraudes quel qu'en soit l'auteur. Ces dispositifs de lutte contre la fraude peuvent conduire à l'inscription sur une liste de personnes présentant un risque de fraude.

L'Agence pour la Lutte contre la Fraude à l'Assurance (Alfa) peut être destinataire de données à cette fin.

Les personnes sont également informées qu'ALFA met en œuvre un dispositif mutualisé des données des contrats d'assurance automobile et des sinistres déclarés auprès des assureurs à des fins de lutte contre la fraude. Les droits sur ces données peuvent être exercés à tout moment par courrier à ALFA, 1, rue Jules Lefebvre – 75431 Paris Cedex 09.

Les données traitées pour la lutte contre la fraude sont conservées 5 ans maximum à compter de la clôture du dossier de fraude. En cas de procédure judiciaire, les données seront conservées jusqu'à la fin de la procédure, et expiration des prescriptions applicables.

Les personnes inscrites sur une liste de fraudeurs présumés, seront désinscrites passé le délai de 5 ans à compter l'inscription sur cette liste.

- Lutte contre le blanchiment de capitaux et le financement du terrorisme

Pour répondre à ses obligations légales, l'Assureur met en œuvre des dispositifs de surveillance destinés à la lutte contre le blanchiment de capitaux, le financement du terrorisme et permettre l'application de sanctions financières.

Les données utilisées à cette fin sont conservées 5 ans à compter de clôture du compte ou de la fin de la relation avec l'assureur. Celles relatives aux opérations réalisées par les personnes sont conservées 5 ans à compter de leur exécution y compris en cas de clôture du compte ou de fin de la relation avec l'assureur.

TRACFIN peut être destinataire d'informations à cette fin.

Conformément au Code monétaire et financier, le droit d'accès à ces données s'exerce auprès de la Commission Nationale de l'Informatique et Libertés (voir cnil.fr).

Transferts d'informations hors de l'Union Européenne :

Les données personnelles sont traitées au sein de l'Union Européenne. Toutefois, des données peuvent faire l'objet de transferts vers des pays hors Union Européenne, dans le respect des règles de protection des données et encadrées par des garanties appropriées (ex : clauses contractuelles types de la commission européenne, pays présentant un niveau de protection des données reconnu comme adéquat...).

Ces transferts peuvent être effectués pour l'exécution des contrats, la lutte contre la fraude, le respect d'obligations légales ou réglementaires, la gestion d'actions ou contentieux permettant notamment à l'Assureur d'assurer la constatation, l'exercice ou la défense de ses droits en justice ou pour les besoins de la défense des personnes concernées. Certaines données, strictement nécessaires à la mise en œuvre des prestations d'assistance, peuvent aussi être transmises hors de Union Européenne dans l'intérêt de la personne concernée ou de la sauvegarde de la vie humaine.

SAS de courtage d'assurances au capital de 250.000 € 9 rue Bleue – 75009 PARIS

582 136 289 RCS PARIS

N° de TVA intra communautaire FR 24 582 136 289 00029 Code NACE 6622 Z

Numéro d'immatriculation ORIAS (www.orias.fr) 07 000 044



A qui sont communiquées ces informations ?

Les données à caractère personnel traitées sont destinées, **dans la limite de leurs attributions,**

- aux services de l'Assureur porteur du risque ou en charge des relations commerciales et de la gestion des contrats, de lutte contre la fraude ou de la lutte contre le blanchiment et le financement du terrorisme, de l'audit et du contrôle.
- Ces informations peuvent également être communiquées, dès lors que cela est nécessaire, à nos réassureurs, intermédiaires, partenaires, et sous-traitants, ainsi qu'aux organismes susceptibles d'intervenir dans l'activité d'assurance, tels les organismes publics ou autorités de tutelles, ou les organismes professionnels (dont ALFA à des fins de lutte contre la fraude et TRACFIN pour la lutte contre le blanchiment des capitaux et le financement du terrorisme).

Les informations relatives à votre santé sont exclusivement destinées aux médecins-conseil de l'Assureur ou d'autres entités du Groupe, à son service médical ou à des personnes internes ou externes habilitées spécifiquement (notamment nos experts médicaux).

Comment le Souscripteur / Bénéficiaire peut-il exercer ses droits ?

Le Souscripteur / Bénéficiaire peut exercer ses droits auprès :

- Du Courtier, par email : dpo@albinet.fr en accompagnant sa demande des éléments susmentionnés.
- De l'Assureur, par email : contactdpo@groupepeciallines.fr et/ou contactDPO@groupama.com en accompagnant sa demande des éléments susmentionnés.

Dans l'hypothèse où le Souscripteur / Bénéficiaire ne serait pas satisfait des réponses apportées, il peut également introduire une réclamation auprès d'une autorité de contrôle (en France la CNIL 3 Place de Fontenoy - TSA 80715 - 75334 PARIS CEDEX 07. Tél : 01 53 73 22 22).

CABINET ALBINET S.A.S.
Société de Courtage d'Assurances
5, cité de Trévisse 75009 PARIS
Tél. 01 48 01 84 84 - Fax 01 48 01 84 83

